

DISCIPLINA: <b>SOCIOLOGIA JURÍDICA</b>	CÓDIGO: <b>GRDDIROBG032</b>
PROFESSOR: <b>NATASHA SALINAS</b>	CARGA HORÁRIA: <b>30h</b>
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Situação epistemológica da Sociologia e da Sociologia do Direito. A Sociologia do Direito como ciência social. Os fundadores da Sociologia do Direito. O problema do método. Durkheim e o método sociológico. Weber e os tipos ideais. O papel do Direito na Sociedade. Conservação, Controle e mudança social. Anomia. Poder e Estado. Burocracia. As instâncias de aplicação do Direito. Henry Maine e o direito como expressão de transformação social. Ferdinand Tönnies, os costumes e o Direito. Marx e o materialismo histórico, a crítica ao Estado, aos direitos do homem e o papel do Direito. Durkheim, a moral social e o Direito. Weber, os tipos de ação, as formas de dominação, a burocracia e o Direito. Bourdieu e o campo jurídico.</p>	
<p><b>OBJETIVOS GERAIS</b></p> <p>Convencer o aluno da utilidade do conhecimento sociológico do Direito para a compreensão de seu papel profissional como pesquisador, professor, advogado ou integrante de carreira jurídica. Apresentar ao aluno a perspectiva sociológica externa do direito por meio de um contato básico com os principais pensadores e textos da tradição sociológica que abordam ou provocam essa temática, incentivando a reflexão sobre os principais temas do mundo jurídico com um ferramental teórico não dogmático e flexível.</p>	
<p><b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>Apresentar os temas atinentes à sociologia aplicada ao Direito, como conflitos, legitimidade, mudança social, controle social e anomia.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA</b></p> <p>CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2015.</p> <p>SABADELL, Ana Lucia. Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito. 6ed. São Paulo: RT, 2014.</p> <p>SELL, Carlos Alberto. Sociologia clássica. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <a href="http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08102010-143600/">http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08102010-143600/</a>, “Considerações Finais”, pp.288-306.</p> <p>BAUMAN, Zigmunt. Vida para consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 (Capítulo 2 – Sociedade de consumidores, pp. 70-81).</p> <p>BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 10 ed. São Paulo: Campos, 1992 (Introdução, pp 1 a 14; Capítulo: A herança da revolução Francesa, pp. 113 a 130).</p> <p>BONELLI, Maria da Gloria. Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a construção do profissionalismo, 1873-1997. Dados, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 2001. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0011-52582001000200002&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0011-52582001000200002&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>.</p> <p>BRANCO, Susana Antas Fernandes Videira et al. A avaliação do regime jurídico da litigância de má-fé em Portugal. Rev. Direito GV, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 347-364, June 2014. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1808-24322014000100014&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1808-24322014000100014&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>.</p>	